A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E O "MOSAICO MINEIRO": REGIÃO, REGIONALISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DA REPÚBLICA (1888-1910)

THE IMMIGRATION POLICY AND THE "MINAS GERAIS MOSAIC": REGION, REGIONALISM AND SPACE PRODUCTION IN MINAS GERAIS AT THE DAWN OF THE REPUBLIC (1888-1910).

LA POLITIQUE D'IMMIGRATION ET LA « MOSAIQUE MINEIRO » : REGION, REGIONALISME ET PRODUCTION SPATIALE DANS LE MINAS GERAIS A L'AUBE DE LA REPUBLIQUE (1888-1910)

MARIA ISABEL DE JESUS CHRYSOSTOMO
Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa/MG.
E-mail: isa.chrysostomo@ufv.br

HIGOR MOZART GERALDO SANTOS
Doutorando em Geografia – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ.
E-mail: hmozart@gmail.com

Resumo: Discutimos, nesse texto, os liames entre a política de imigração estrangeira e a questão regional, em Minas Gerais, no início da República. Nessa vereda, sublinhamos como tal política instaurou uma verdadeira batalha discursiva em torno do "corpo" do imigrante. Evidenciamos, ainda, que os discursos mobilizados nesse embate apresentavam sotaques regionais pronunciados e estavam eivados por alusões às potencialidades e limites das diferentes porções do território das Gerais/diferentes peças do mosaico mineiro. Com efeito, em meio a esse cenário de instabilidade permanente, nossa hipótese é a de que a miríade de discursos – sobretudo aqueles emanados pelas regiões vistas como mais importantes – contribuíram sobremaneira para esculpir e/ou consolidar imagens sobre o território mineiro.

Palavras-chave: região, política imigratória, território, regionalismo, Minas Gerais.

Abstract: This text addresses the links between the foreign immigration policy and the regional question, in Minas Gerais, at the beginning of the Republic. In this path, it was underlined how such policy established a real discursive battle about the "body" of the immigrant. It was also evidenced that the discourses mobilized in this conflict had pronounced regional accents and were influenced by allusions to the potentialities and limits of the different portions of the territory of Minas Gerais/different pieces of the Minas Gerais mosaic. Indeed, in the midst of this scenario of permanent instability, the hypothesis is that the myriad of discourses - especially those emanating from the regions seen as the most important ones - contributed greatly to sculpting and/or consolidating images of the Minas Gerais territory.

Keywords: region, immigration policy, territory, regionalism, Minas Gerais.

Résumén: Nous discutons dans ce texte des liens entre la politique d'immigration étrangère et la question régionale, dans le Minas Gerais, au début de la République. Dans cette perspective, nous soulignons comment une telle politique a créé une véritable bataille discursive autour du "corps" de l'immigré. Nous démontrons également que les discours mobilisés dans ce conflit disposaient d'accents régionaux et étaient influencés par des allusions aux potentialités et aux limites des différentes parties du territoire de la mosaïque du Minas. En effet, au cœur de ce scénario d'instabilité permanente, notre hypothèse est que la myriade de discours – en particulier ceux émanant des régions considérées comme les plus importantes – a grandement contribué à sculpter et / ou à consolider des images du territoire de Minas Gerais.

Mots-clés: région, politique d'immigration, territoire, régionalisme, Minas Gerais.

Introdução[1]

Apoiado nos avanços teóricos-metodológicos das últimas décadas sobre a questão da imigração, nosso artigo discute os fluxos imigratórios internacionais privilegiando a dimensão espacial. Esse ponto de vista, compartilhado atualmente por muitos geógrafos, destaca noções como campo migratório, territórios circulatórios, espaços migratórios e territórios da mobilidade na tentativa de compreender de que maneira a imigração internacional dinamiza o espaço ao criar uma gama de dispositivos destinados a favorecer ou impedir a circulação de pessoas, bens, serviços e ideias. Todavia, ao estudarmos essa questão no Brasil, a partir do caso de Minas Gerais, contemplaremos também as reflexões enunciadas numa historiografia contemporânea, mais atenta aos debates sobre os ritmos espaço-temporais associados à imigração. Quando falarmos em fluxos-imigratórios, portanto, assinalamos que estes não são compostos apenas por movimentos, mas também por pausas que se cristalizam no espaço, constituindo-se o que se convencionou chamar de territórios da espera (VIDAL, 2007).

Essas esperas abrangem desde as pausas impostas aos imigrantes – o tempo morto nos barcos, portos, hospedarias – até as esperanças por uma vida melhor. Mas esse território da espera também pode vincular-se ao anseio das elites que enxergam os imigrantes como "molécula do progresso", prestes a impulsionar o desenvolvimento de suas regiões de influência. A espera, então, se traduz tanto no conjunto de representações sobre o território, quanto

[1] O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa "O imigrante em disputa: o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos 1870-1930", financiado pelo CNPQ (Processo APQ 429204/2016-7) e FAPEMIG (Processo APQ- 00658-15) e coordenado pela Professora Drª Maria Isabel de Jesus Chrysostomo.

na materialização de dispositivos espaciais voltados ao acolhimento e distribuição dos estrangeiros. Isso ilustra como a produção de territórios da espera – que inclui ritmos e temporalidades inerentes ao fluxo imigratório – contribui para moldar regiões do "mandar" e do "fazer", promovendo, paralelamente, o seu apogeu e decadência. Com base nesses diferentes papéis, assinalamos como a política de imigração instaurou uma verdadeira batalha de representações em torno do "corpo" do imigrante; aspecto observado a partir dos discursos que faziam alusão às potencialidades e limites do território mineiro. Nossa hipótese é a de que os discursos sobre modernização das regiões, via imigração estrangeira, contribuíram tanto para esculpir novas imagens como para consolidar projetos territoriais.

A imigração internacional, acentuada a partir do final do século XIX, constituiu-se em uma das mais significativas contrapartidas da reestruturação territorial planetária. Vinculadas à mundialização da economia e às crises cíclicas do capitalismo, as correntes imigratórias foram impulsionadas à medida que se desenvolveram novas técnicas de circulação e comunicação em massa. Associadas às revoluções ibero-americanas, ocorridas desde o começo do XIX, a imigração internacional teve implicação direta na intensificação dos fluxos dos espanhóis, portugueses e africanos para as Américas, que absorveram, entre 1850 a 1930, cerca de 70% dos imigrantes de algumas regiões europeias. Devido à magnitude e importância, as primeiras e segundas ondas de imigração internacional exerceram papel decisivo na formação e desenvolvimento sócio territorial do Brasil. Isso ocorreu não só porque a chegada de imigrantes engendrou discursos e práticas para justificar investimentos em partes selecionadas do território, mas também em virtude da criação de uma série de instrumentos

voltados à classificação social, o que contribuiu para a redefinição permanente das fronteiras materiais e simbólicas no interior do país.

É oportuno lembrar que as imigrações para o Brasil estão inscritas na história de dominação da América Latina desde o período colonial. No entanto, a natureza dessa relação foi redefinida ao se pontuar, após Independência, a necessidade de se europeizar o país. A intensificação dos fluxos migratórios é, portanto, consequência dessa necessidade de legitimar política e economicamente o Brasil neste "sistema-mundo-moderno-colonial". Nesse momento, buscava-se defender as fronteiras da nação, contra inimigos (internos e externos), e implantar a pequena propriedade agrícola voltada à produção de gêneros alimentícios. Com efeito, durante quase todo o século XIX, medidas de ordem pública, alimentadas por um discurso geográfico, civilizatório e racista, visaram atrair e instalar imigrantes estrangeiros brancos nas principais regiões econômicas ou em áreas de fronteira. O acirramento de tais políticas, entre o final do referido século e o alvorecer do seguinte, contribuiu para que Brasil se destacasse como um dos principais países receptores de imigrantes. Expressão disso é que, entre 1850 a 1930, o país recebeu 32,1% dos imigrantes que vieram para a América Latina, sendo apenas suplantado pela Argentina onde chegaram 47,9% (MOYA, 2015).

Nesse cenário, algumas propostas imigratórias nasceram com a intenção de tanto contornar imbróglios diplomáticos causados pela existência do tráfico de escravos, como estimular a vinda de europeus e africanos livres. Exemplo disso é a "Memoria sobre a escravatura e projecto de colonisação dos europeus e pretos da África no Imperio do Brazil", escrita em 1826 pelo político e tenente-coronel José Elói Pessoa. Em linhas gerais, sua proposta apregoava o

desenvolvimento da economia mediante a implantação de colônias de imigrantes brancos. Para tanto, seria indispensável o estabelecimento de duas comissões associadas à Inglaterra: a primeira responsável por transportar o excesso da população inglesa e de africanos livres para fundarem colônias no Brasil e, a outra, estaria incumbida de criar uma companhia monopolista na Corte. Articulada aos príncipes dos países africanos, tal Companhia se encarregaria de comprar escravos e recrutar população africana livre.

Ampliada como reflexo da dinâmica da economia capitalista, cuja crise mundial se instalara no final dos oitocentos, a modernidade econômica no Brasil se constituiu com a imigração estrangeira. Nessa medida, a despeito da consolidação da política imigratória junto ao governo brasileiro, o sucesso do café no Sudeste foi decisivo para enrijecer os discursos que apontavam a carência de mão-de-obra compatível ao crescimento do país. Esse novo cenário deslocou espacialmente o eixo econômico para algumas regiões até então com frágil desenvolvimento, redefinindo a divisão territorial do trabalho. Portanto, a maior organização dos serviços de imigração, sobretudo após a Proclamação da República (1889), corresponderia à nítida adesão das elites agrárias ao novo projeto de modernização do Brasil, movimento que deslocaria geograficamente as forças políticas do Rio de Janeiro para São Paulo e, marginalmente, para Minas Gerais. Nesse contexto, várias medidas foram adotadas no sentido de diminuir o papel do governo federal em relação à política de imigração, reafirmando o poder de alguns estados e regiões na drenagem de recursos voltados para a vinda e instalação de estrangeiros, o que acirrou ainda mais as disputas por imigrantes. Tal aspecto pode ser observado na tabela a seguir, na qual estão

assinalados os resultados desse embate com estados que mais receberam imigrantes no alvorecer da República. É possível observar um crescimento vertiginoso de estrangeiros nos estados de São Paulo (1872 a 1900) e Rio Grande do Sul (1890 a 1900), e um decréscimo considerável no estado do Rio de Janeiro – até então principal espaço econômico – após a proclamação da República, fato que se modificaria no decênio subsequente. Isso, no entanto, não alteraria o quadro de estrangeiros no Brasil que passa a ser dominado pelos paulistas após a Primeira República (1889-1930). Cabe ressaltar que mesmo tendo uma participação singela de população estrangeira, em termos comparativos, os estados de Minas Gerais e de São Paulo serão parceiros políticos mais importantes neste contexto.

Tabela 1: População de estrangeiros e do Brasil para os censos de 1872, 1890 e 1900 por Estados.

ESTADOS	1872		1890		1900	
	Pop.Total	Pop. Estrang.	Pop.Total	Pop. Estrang.	Pop.Total	Pop. Estrang.
MG	2.102.689	46.900	3.184.099	46.787	3.594.471	91.593
ES	82.137	4.191	135.997	3.074	209.783	21.420
PA	275.237	6.529	328.455	4.039	445.356	2.201
RJ	819.604	99.899	876.884	16.140	926.035	50.578
RS	446.962	41.725	897.455	34.765	1.149.070	135.099
SC	159.802	15.974	283.769	6.198	320.289	29.550
SP	837.354	29.622	1.384.753	75.030	2.279.608	478.417

Fonte: Levy, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). Revista de Saúde Pública. São Paulo, v.8 (supl.), 1974.PP49-90.

A despeito dessa cumplicidade política, com o aumento crescente de imigrantes estrangeiros para o estado de São Paulo e a demanda por mão-de-obra, após a aprovação das leis que

prenunciavam o fim da escravidão, interessa-nos compreender o papel de Minas Gerais nessa queda de braços, em que a disputa por imigrantes se converteria em forte ingrediente do conflito regional. Em nossa visão, as disputas por estrangeiros atiçaram estratégias de valorização do patrimônio geográfico que se revelavam em duas escalas: a primeira demarcava a posição da região de Minas Gerais frente ao restante do país (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro); a segunda reafirmava a potência da região cafeeira em relação ao restante do território mineiro. Na tentativa de evidenciar como essas questões se desenharam, dividimos nossa exposição em duas partes: na primeira, discutimos como algumas ideias de região foram moldadas pelos políticos no contexto de afirmação de Minas Gerais como estado imigrantista. Na segunda realçamos os desdobramentos territoriais associados à instalação de imigrantes em terras mineiras. Além da bibliografia especializada, como material de suporte utilizamos relatórios governamentais, mapas, jornais (institucionais e locais) e revistas temáticas publicadas entre o final do XIX e início do XX.

A região a partir do olhar das lideranças

Os trabalhos que ressaltam a associação entre a diversidade regional e representações espaciais em Minas Gerais remontam, basicamente, os anos 1980. Eles são resultantes de pesquisas em História e, mais recentemente em Geografia, que visam, em linhas gerais, dar maior atenção às questões regionais, evitando assim os grandes postulados generalistas sobre a história territorial do Brasil. Um desses primeiros estudos foi o de Wirth (1982) que, ao analisar os políticos mineiros durante a Primeira República, empregou a expressão "mosaico de zonas" para realçar a relação entre política,

diversidade paisagística e desenvolvimento socioespacial[2]. A partir de suas pistas, consideramos que as diferenças ambientais seriam marcantes traços mobilizados nos discursos regionais que, ao fornecerem elementos explicativos sobre a história da imigração, ilustrariam a própria formação do território mineiro.

Ao usarmos lentes geográficas, observamos que as diferenças paisagísticas eram sublinhadas pelas elites mineiras a partir de uma concepção que entrelaçava o que se entendia por "região natural" e "região econômica". Isso pode ser percebido, por exemplo, quando uma das edições do Jornal *Minas Geraes* – órgão oficial dos poderes do Estado – apresentava emblemática reflexão sobre a paisagem: "O território mineiro é um mosaico de zonas que se diferenciam uma das outras pelo clima, pela produção, pela densidade de população, pelos meios de viação, pelo adiantamento industrial [...]" (MINAS GERAES, 1899, 2, grifos nossos)[3]. Ao olharem para esse "mosaico" os políticos deixavam transparecer diferentes – e, muitas vezes, complementares – possibilidades de regionalizar o território. Se por um lado, havia regiões demarcadas em função do predomínio de certas atividades econômicas, outras eram reconhecidas em virtude da posição geográfica. Havia também regionalizações que levavam em conta aspectos fisiográficos, subdividindo o estado em três áreas: mata, montes e planalto (ou campo). Abaixo ilustramos essa última divisão:

[2] O esforço de John Wirth (1982) integra uma trilogia da qual também participaram Joseph L. Love (com uma obra sobre São Paulo) e Robert L. Levine (com um livro sobre Pernambuco). Fruto de um projeto que trazia à baila uma inovação metodológica na historiografia para entender o Brasil, tais obras se notabilizaram ao buscar compreender a diversidade da história regional do país.

[3] Todos excertos, oriundos de fontes primárias, mencionados neste artigo tiveram a ortografia atualizada para o padrão atual da Língua Portuguesa com vistas a facilitar a leitura.

> A da **Mata**, assim chamada por causas das imensas florestas que a cobrem, dando-lhe às vezes a configuração de vales estreitos e de planícies docemente onduladas; zona do café por excelência, onde o solo, sob um clima quente e húmido é de extraordinária fertilidade, prestando-se ás mais variadas culturas. A dos **montes**, soberba pelos altos picos, alguns dos quais atingem a 1.700 metros de altura, como o de Itacolomy, sob o qual está situado Ouro Preto, Capital, a singular cidade de ladeiras íngremes [...]. São imensas as riquezas de seu subsolo; minas de ouro, de diamantes, de esmeraldas e topázios, sem contar todos os minerais que poderiam abastecer a todo o mundo durante muitos anos. Enfim a **zona do planalto** que se estende por um bom terço do território e que com exceção de poucas localidades situadas a 500 metros eleva-se a 1.000 metros sobre o nível do mar. Esta zona, de clima excelente, é geralmente ocupada por campinas, onde é criado o afamado gado mineiro [...] (MINAS GERAES, 8 jul. 1896, p. 6).

À primeira vista, a julgar pelas denominações, a paisagem natural parece assumir proeminência. No entanto, chama também atenção como os elementos naturais eram visualizados em função do uso econômico. Com efeito, a despeito da designação da Zona da Mata aludir aspectos naturais, essa representação servia para identificá-la como a mais produtiva (ou a mais privilegiada) por conta de seus variados recursos e, também, por abrigar a principal atividade econômica do estado. Qualquer fosse a ótica, certo é que esses juízos contribuíram para cristalizar a imagem de uma riqueza potencial vista quase como um dom. Ao unir natureza e cultura, portanto, as lideranças fincavam as bases de um discurso regionalista. Tal perspectiva pode ser notada quando as potencialidades, quase divinas da Zona da Matta, são ressaltadas em uma coleção sobre os municípios do estado:

> Se há alguma região para onde convergiam as mais decididas energias do comércio, da indústria e da lavoura é, sem duvida, a *Zona da Mata*.
> Esta zona, em cuja apreciação vamos entrar, dir-se-ia privilegiada: ali, caíram as bênçãos do céu; ali, dir-se-ia, o olhar criador de Deus se deteve, e, mais longamente do que em parte alguma, a terra teve o tempo de haurir e de absorver o reflexo magnífico desse olhar convertendo-o. Concretizando-o e apropriando-o a sua existência.
> Com efeito, é de maravilha em maravilha que o viajante corre esse recanto de Minas, ao mesmo tempo tão saudoso e tão idealmente poético quanto magnífico em sua natureza feracíssima[4] (CAPRI, 1916, p. 1).

As duas primeiras linhas da citação indicam o grau de magnetismo da Zona da Mata e, ao mesmo tempo, a potência econômica dessa região cujo alicerce assentava-se na expressiva produção de café[5]. Como também pode ser depreendido a partir dessas e de outras falas, o termo zona – quase sinônimo de *região natural* – configuraria a síntese entre a natureza idílica e a habilidade dos homens. Uma fusão resultante da adaptação histórica do homem à natureza divinizada. Essa ideia, no entanto, não suplantaria a concepção de *região econômica* associada, em geral, ao domínio das principais atividades produtivas em uma porção do território. Tal aspecto pode ser notado nas representações que conferiam ênfase ao nível de desenvolvimento socioeconômico de cada área, acentuando o grau de civilização das zonas e da astúcia de

[4] "A principal lavoura da Zona da Mata é a cafeeira, que produz cerca de setima parte da producção do Estado de S. Paulo. Mas, além desta, todas as outras lavouras - cereaes, canna de assucar, fumo e fructas - são cultivadas em larga escala. Isto é consequencia tambem da população numerosa dessa zona que, tendo uma superficie calculada em 38.221 kilometros quadrados, isto é, a decima sexta parte da superficie do Estado de Minas, tem uma população de 940.000 habitantes" (CAPRI, 1916, 11).
[5] Particularmente na Zona da Mata, o café – mais que os atributos naturais – contribuiu sobremaneira para forjar sua identidade. Tratava-se, no entanto, de uma unidade instável posto que sua suposta homogeneidade era resultante de costura conflituosa entre os poderes situados em diferentes escalas – locais e regionais.

suas lideranças políticas. Diante de tais questões, no tópico a seguir demonstraremos, a partir de projetos de integração regional, de que maneira as imagens regionais serviram para impor o projeto territorial de lideranças associadas a certas regiões.

Olhares ditos integradores e a guerra de representações

O fim da escravidão e a crise econômica brasileira colocaram ainda mais em evidência os discursos que enfatizavam a importância de integrar o estado de Minas Gerais, o que deu maior proeminência à questão dos transportes. Ao se constituir em uma das principais pautas econômicas, sua demanda se ancorou, também, na necessidade de melhorar os fluxos migratórios, o que fez recrudescer novos conflitos regionais. Esses embates se traduziam em múltiplos e, por vezes, contraditórios anseios das lideranças políticas e econômicas em "costurar" o território, tornando-o um corpo único e coeso. Isso pode ser visualizado, por exemplo, quando o presidente do Estado Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira[6], no ano de 1892, apregoava ser "[..] incontestável a necessidade da aproximação das diferentes zonas do território mineiro, vasto, cheio de recursos de toda sorte e que opulentariam nações, entretanto ocupado por população laboriosa, mas insuficiente, enérgica, mas segregada [...]" (MINAS GERAIS, 1892, p. 17). Em função dos interesses das lideranças situadas ao norte do estado, o presidente assinalava o isolamento dessa região norte e exemplificava como a questão da circulação constituía-se em importante trunfo ao desenvolvimento do estado mineiro:

[6] Nascido em São João Del Rei, exerceu atividades de senador (1891 a 1895) e de Presidente interino do Estado (entre 16 a 18 de junho de 1891 e de 9 de fevereiro a 14 de julho de 1892). Fonte: Governo de Minas Gerais.

> O norte do Estado, por exemplo, rico como qualquer das regiões irmãs, mas internado por centenas de léguas do coração do país, cortadas as comunicações com o resto do mundo que se corresponde e se entende pelas vias aceleradas e pelo telégrafo, ou não produz ou produz somente para as necessidades do consumo local, subordinado à demanda de um povo viril, mas sóbrio e resumido. Onde é elo que o deve prender à zona extrema, ao sul, sem essa convivência, que irmanava e fortalece os povos, se lhes faltassem os laços da tradição, que seu patriotismo avigora e santifica? (MINAS GERAES, 1892, p. 17).

O movimento (des)integrador provado pela questão da circulação e impulsionada na chamada "febre ferroviária" contribuiu para redefinir a "vida" e "morte" de várias cidades, vilas e povoados no Brasil – a exemplo do que ocorrera no estado de Minas Gerais que, a partir desse momento, exibiria nova estrutura urbana. Portanto, para entender a produção da rede urbana em Minas Gerais é necessário associar as políticas de circulação à questão imigratória, ambas imbricadas na ideia de eficácia política[7]. Guardadas as especificidades, o papel exercido pelo café e pelas vias de transporte subverteram e redefiniram as funções das cidades mineiras, alterando antigas fronteiras regionais. O desejo das elites em conectar suas regiões de influência por meio de vias férreas promovia uma verdadeira disputa de sotaque marcadamente regional. Não por acaso, que ao utilizar o termo "região" ou "zona", percebe-se como os políticos tiravam proveito das diferenças das paisagens, enfatizando as suas carências ou riquezas em termos de infraestrutura.

[7] Foucault (2008), ao demonstrar a capacidade de polarização de uma cidade central e sua influência sobre uma hinterlândia, assinala a importância da ideia de eficácia política que congrega três dimensões: Estado, espaço e poder das forças econômicas.

Outro aspecto que se destaca nos discursos é a ideia de mineiridade que revelava as várias nuances da identidade mineira, evidenciando o senso de lugar (WIRTH, 1982), isto é, a base familiar de expressão local que caracterizava também a política imigratória. Compreendemos que esse *senso de lugar* abarcaria, por excelência, a ideia de *pays* – uma identidade local que expressaria um dos sentidos de região discutidos por La Blache no século XIX[8]. O *pays,* entendido como uma pequena conformação identitária de base espacial, expressaria, no caso das Gerais, o poder de famílias, dos grupos locais, constituindo-se, como afirma o geógrafo francês, em: "pequenos centros locais que o sentido popular já havia distinguido para além de toda designação administrativa", ou seja, "pequenas peças de mosaico que se encaixam nos compartimentos principais[9]" (LA BLACHE *apud* HAESBAERT, 2012, 279). Nesse enredo, os discursos propalados pelas autoridades sugeriam que cada região possuía atributos vantajosos – clima ameno, solos férteis, abundância de recursos minerais, densa rede hidrográfica – que somente poderiam ser desfrutados com a introdução de infraestruturas e, em muitos casos, de novos braços. Essa retórica servia, portanto, como argumento para justificar a instalação de estradas de ferro, escolas, hospedarias, entre objetos geográficos outros[10]. Exemplo disso é o do político Bueno Brandão[11] – com

[8] No interior da própria Geografia há controvérsias em relação ao uso desse termo. Para uns era compreendido como a própria região natural e, por excelência, o campo de observação mais adequado para se compreender os objetos de uma geografia mais geral. Na concepção de outros, o *pays* é fruto do enraizamento cultural da família e sociedade num determinado local. A esse respeito ver: Ozouf-Marignier (2003).

[9] O termo *pays* é utilizado por La Blache para identificar as diferentes regiões francesas no início do XIX.

[10] Termo utilizado por Santos (1996) para se referir a toda produção humana que resulta da transformação da natureza pelo trabalho.

[11] Entre outras ocupações foi deputado estadual, senador federal (1897), presidente do Estado (1908-1909 e 1910-1914). Fonte: Governo de Minas.

interesses associados ao sul de Minas – que em 1894 reivindicava a instalação de uma escola normal em Pouso Alegre. Dizia ele: "A grande zona do Sul de Minas [...] acha-se servida unicamente pela escola da Campanha [...]. Entretanto é uma zona riquíssima, muito povoada". [...] porquanto, grande número de indivíduos [...] sentem dificuldades, muitas vezes impossibilidade mesmo de matricularem-se naquela escola, devido á grande distância em que acha-se colocada em relação a muitos munícipios do sul" (MINAS GERAES, 25 mai. 1894, p.4).

Como visto nesse e em outros relatos, a utilização de adjetivos tidos, à época, como benfazejos – "grande", "riquíssima" e "povoada" – e negativos – "frágil", "desintegrada" e "despovoada" – retratam uma estratégia capitaneada pelas lideranças em busca de visibilidade e sublinham os imbróglios dos projetos que visavam integrar o território. Na composição do "mosaico mineiro", os obstáculos impostos à integração regional evidenciavam a permanente tensão entre suas diversas partes, o que nos ajuda a entender a continuidade de alguns projetos separatistas[12]. Talvez isso explicasse o porquê de o deputado estadual David Campista – um dos mais influentes líderes mineiros à época – mostrar-se preocupado com o afloramento dos conflitos, ao ponto de dizer que havia "[…] rivalidades entre as diferentes zonas de Minas, como se estabeleceram no congresso federal entre os diversos Estados da União" (MINAS GERAIS, 23. mai. 1891). Discorrer sobre essas rivalidades – transferidas para disputas relacionadas à construção da nova capital, instalação de núcleos coloniais e criação de hospedarias e estradas de ferro – é nosso intento a seguir.

[12] Esse foi o caso de Campanha e de outras cidades. A esse respeito ver Saraiva (2008).

Como os imigrantes contribuíram para moldar as regiões mineiras?

Apesar de tímida em termos quantitativos (vide Tabela 1), qualitativamente a imigração[13] estrangeira em Minas Gerais teve impacto regional de grande envergadura. Sustentada por várias e criativas "retóricas de perda", era visível como os projetos imigratórios emanaram, direta e indiretamente, discursos em favor do crescimento regional, sendo responsáveis pela transformação de várias cidades. Oriundos de diferentes locais, esses pronunciamentos ganhavam maior eco quando o "porta-voz" era representante de uma cidade política e economicamente importante. Vinculadas a esse contexto, destacamos, na história da imigração em Minas Gerais, dois episódios que demonstram o impacto de tal política na moldura da paisagem: um deles diz respeito à instalação das colônias e dos equipamentos necessários à fixação dos estrangeiros associada à construção da nova capital e, o mais significativo de todos, vincula-se ao reordenamento do território, alimentado pela construção paralela de ferrovias e estruturas de acolhimento, a exemplo das hospedarias, albergues e casas de colonos.

A luta por abrigar os imigrantes e instalar colônias agrícolas simbolizava o conflito em torno dos vários projetos de desenvolvimento territorial pensados no final da Monarquia e durante o alvorecer da República. Uma das expressões dessa celeuma se manifestou quando as localidades de Juiz de Fora, Curral d'El Rey, Barbacena, Várzea do Marçal (imediações de São João Del Rey) e Paraúna (imediações de Diamantina)[14] foram cogitadas como

[13] Sobre as repercussões territoriais da política de imigração em Minas Gerais ver: Chrysostomo (2012; 2015) e Santos (2016).
[14] Tudo isso sem falar dos interesses daqueles que desejavam a permanência da capital em Ouro Preto.

sedes da nova capital. Ainda que a Comissão Construtora da Nova Capital tenha indicado Várzea do Marçal como a localidade mais adequada, arranjos políticos operaram para que a nova sede fosse instalada em Curral Del Rey (atual Belo Horizonte). Os argumentos assinalavam que a centralidade geográfica e amenidades ambientais de Belo Horizonte contribuiriam para "costurar a colcha de retalhos" que caracterizava, até então, o território mineiro (JULIÃO, 2011).

Belo Horizonte, a nova capital, estava dividida inicialmente em três principais zonas – central urbana, suburbana e rural. No entanto, o projeto de fortalecimento do setor agrícola transformou a zona suburbana em uma zona colonial. Essa mudança atendia a duas perspectivas de modernização advindas de diferentes grupos regionais: uma de caráter urbano e outra rural[15]. Evidenciando parte desses conflitos já em curso, essa mudança colocou em cena a figura dos imigrantes como atores capazes de salvaguardar o progresso do campo[16] e da cidade[17]. O resultado das novas propostas torna representativa a atuação dos imigrantes tanto nas colônias como na construção da capital.

A criação de hospedarias, outro objeto de disputa, dependia da aprovação do Parlamento Mineiro em consonância com o Decreto nº 612 de 1893 que estabelecia o auxílio do governo para "a manutenção das hospedarias que forem criadas pelas

[15] Ver: Aguiar (2006).

[16] Chamamos atenção para a Colônia do Barreiro, primeira a ser instalada na Capital, sob a direção do engenheiro Arthur Thiré. Situada em fazenda de mesmo nome, foi inaugurada em 1896 com a proposta de impulsionar o ensino técnico-agrícola. Localizada próxima à nova capital, contava com imigrantes provenientes de vários países, destacando-se os da Itália e de Portugal. Cabe ressaltar que pouco tempo depois de sua criação, entrou em decadência sendo substituída pela colônia de Vargem Grande.

[17] Durante a construção da nova capital, houve presença maciça de imigrantes italianos, que se ocupavam em obras civis como ferrovias, estradas e barragens (CAMPOLI, 2013).

municipalidades para recepção e agasalho dos imigrantes" (DECRETO N. 612, de 6 de março de 1893, art. 36). Com efeito, não é difícil entender o acirramento da concorrência por esse dispositivo espacial, ainda mais porque se compreendia que sua existência valorizava as localidades. A distribuição dessas estruturas de acolhimento configuraria, portanto, um aspecto relevante de transformação das regiões. Consideradas como um atributo locacional decisivo para atrair os imigrantes – devido ao seu valor material e simbólico – essas acomodações eram fixadas paralelas às linhas férreas, o que possibilitava maior eficiência no transporte do imigrante ao seu local de destino. Para exemplificar o prestígio e papel estratégico que estas estruturas exibiram nesse contexto, demonstramos um fragmento que assinalava um conflito por sua instalação envolvendo representantes de duas regiões; a denominada Oeste (polarizada por São João Del Rey) e a região da Zona da Mata, que tinha Juiz de Fora como cidade motriz:

> Não precisamos para defender a nossa causa, buscar tais argumentos e nem tampouco queremos atrair para aqui a colonização em detrimento dessa importante fração da província, mas desejamos convencer ao ilustrado colega de que se formos a distender as conclusões, chegaremos a isto: que esta como muitas outras cidades do centro estão mais nas condições de ter agências de imigração do que as da mata, além de outras razões, porque estão mais distantes da corte e no seio de uma lavoura que o colono pode sempre preferir (A VERDADE POLÍTICA[18], 1º. nov. 1888, p.1).

O que vemos escrito no jornal "A Verdade Política" – porta-voz dos políticos de São João Del'Rey – ilustra três aspectos que passaram a ser conclamados pelas localidades devido à importância das hospedarias: a) centralidade conferida por esse "objeto

[18] Periódico pertencente ao Partido Liberal.

geográfico" e sua relevância para o sucesso da política imigratória ao plano local; b) os conflitos inter e intra-escalares em torno da instalação das estruturas de acolhimento, uma vez que elas valoravam a paisagem local; c) o descontentamento dos políticos de São João em relação à escolha de Juiz de Fora como sede da hospedaria central do estado – Horta Barbosa. As tensões em torno desses debates podem ser percebidas também por meio do jornal Arauto de Minas – outro importante periódico de São João Del Rey[19] – no qual lemos estas reclamações: "A prática vai demonstrando que a derrama de imigrantes pela província, unicamente pela hospedaria de Juiz de Fora, traz dificuldades e despesas ao fazendeiro, de modo a entibiar-lhe o ânimo, na aquisição desses auxiliares" (ARAUTO DE MINAS, S. João Del Rey, 17.nov. 1888, .1). Como se vê, o argumento principal da reportagem era o de que a hospedaria de Juiz de Fora servia apenas para atender aos interesses da Zona da Matta, isto é, não atendia nas mesmas condições as demais regiões de Minas Gerais.

A criação de novas estruturas de acolhimento ganhou tanto destaque que as lideranças locais e regionais passaram a utilizá-las como artifício para sustentar propostas contrárias à hegemonia econômica do café da Zona da Mata. A defesa, mais uma vez, se apoiava numa heurística geográfica que metamorfoseava a paisagem em ato político. Este aspecto aparece sinalizado, mais uma vez, emanado pelas palavras do Jornal "A Verdade Política[20]" – grande opositor político das lideranças da Zona da Mata – que tecem as seguintes reivindicações: criação de agências de publicidade nas

[19] Jornal intitulado, pelos seus proprietários, como um "órgão conservador".
[20] Não devemos deixar de considerar, como aparece na citação, que a valorização do clima foi um dos aspectos ressaltados pelas lideranças para justificar a vinda e permanência de imigrantes.

cidades afastadas da capital; incentivo à desconcentração dos imigrantes da Zona da Mata, a fim de proporcionar maior equilíbrio entre as regiões em relação aos fluxos migratórios; experimentação de novas atividades adaptadas em regiões de condições climáticas diferentes da região da Mata – argumentando-se, por exemplo, que "a vinha, o trigo e quase todos os produtos agrícolas dão nas zonas do campo com admirável desenvolvimento, o que não sucede na mata, onde o café é quase a lavora exclusiva" (A Verdade Política, S. João d'El-Rey, 1º. nov. 1888, 1).

Esses e outros conflitos ocorridos no limiar da Proclamação da República não cessariam. Isso explica o fato de o Parlamento mineiro ter decidido criar distritos de imigração, sob o pretexto de atingir uma distribuição mais equitativa dos imigrantes ao longo das diferentes peças do mosaico mineiro. Embora sem estudos mais detalhados sobre o impacto territorial dessas várias divisões propostas, assinalamos que os recortes propostos no estado eram realizados de acordo com a importância de cada zona, tendo em vista seu desempenho econômico e sua influência política. Assim, como discute Monteiro (1973), entre 1893 a 1930, vários foram os decretos que tratavam sobre este assunto, o que resultou em uma miríade de divisões territoriais. Ainda que as propostas de divisão territorial se constituíssem em uma estratégia para contornar os diversos conflitos locais, as regiões cafeeiras da Zona da Mata e Sul e a região Central[21] seguiram privilegiadas[22] em termos de densidades de infraestruturas, como pode se observar na Figura 1.

[21] A região Central se beneficiou, sobretudo, em virtude da implantação da nova capital e de sua consequente absorção de mão-de-obra estrangeira.
[22] A existência e a concentração desses equipamentos em algumas cidades e regiões seria percebida a partir dos seguintes dados: aproximadamente 45% das colônias se localizavam no Sul e na Zona da Mata e 33% na Região Central.

No decorrer do século XIX a imigração e colonização exibiram notória participação nos discursos que apregoavam a necessidade de povoamento, civilização e desenvolvimento econômico. O tema foi, a um só tempo, resultado e resultante do crescimento das ferrovias e do papel destacado que as lideranças das regiões cafeeiras assumiam neste contexto. O trecho a seguir, que assinala emblemática fala do presidente do estado de Minas Gerais em 1904 – momento no qual a questão ainda recebia foro privilegiado – serve para ilustrar esse aspecto: "Alimento ainda a convicção firme de que o estabelecimento de colônias agrícolas é o maior fator da prosperidade do Estado; e especialmente as regiões servidas por vias férreas precisam desse elemento para seu maior desenvolvimento" (MINAS GERAES, 1904, p.72).

A disputa por ferrovias – e a consequente reestruturação da rede urbana – é, portanto, mais um aspecto a ser considerado quando se discute a moldura das regiões e a questão imigratória em Minas Gerais. Primeiramente pelo forte impacto simbolizado pela existência de uma ferrovia, elemento capaz de alterar a dinâmica de cidades e regiões, forjando centralidades. Ao produzir novos espaços e territórios, a instalação dessas infraestruturas exerceriam forte poder de transformação nos "fluxos e fixos", interferindo na vinda e instalação dos imigrantes. A concentração de infraestruturas de circulação na região da Mata, por exemplo, é um processo que remonta aos meados do século XIX, quando são nítidos os maiores investimentos do Estado destinados a atender os interesses matenses. Sobre esse aspecto, Blasenheim (1996) revela que a despeito da oposição dos representantes da região Central, a Zona da Mata – que possuía apenas 5% da superfície do total do estado – abrigou, no ano de 1884, quase 60% da rede ferroviária. Ao

problematizar esses números, o autor coloca que o poder de persuasão dos políticos matenses foi decisivo para viabilizar tais investimentos[23].

Em análise mais recente, Barbosa e Godoy (2013) reafirmam o poder de algumas regiões, assinalando, a partir de dados e informações mais precisos, as diferentes áreas que compunham Minas Gerais no final do XIX[24]. Suas pesquisas demonstram o que alguns clássicos trabalhos já haviam destacado: os maiores investimentos estariam em sintonia com o poder econômico e político das lideranças regionais vinculadas à dinâmica do setor agroexportador. Nesse período, as regiões situadas no centro sul da Província Mineira – que apresentavam maiores *níveis de desenvolvimento econômico* (NDE)[25] – foram as mais contempladas com recursos públicos e infraestruturas viárias. Ocupando apenas 22,9% da área total do território, para tais regiões foram destinados cerca de 84,5% dos investimentos em estradas e pontes[26].

Conclamada para potencializar as economias locais, a mão-de-obra imigrante tornou-se uma variável cara aos diversos projetos de desenvolvimento regional. O impacto das diversas retóricas sobre o território, acionadas pelos líderes sulistas e do centro contribuiu

[23] Na perspectiva do autor, isso ocorreu porque esses políticos convenceram os demais grupos de que o fortalecimento da Zona da Mata era o primeiro passo para alavancar o progresso das demais zonas do estado.

[24] A proposta de divisão das diferentes regiões mineiras baseou-se também nas representações espaciais realizadas pelos viajantes que percorreram as Gerais na primeira metade do século XIX, e em fatores demográficos, históricos, ambientais, administrativos e econômicos. Com efeito, os autores dividiram o estado em 18 regiões, abarcando o ano de 1840 a 1880.

[25] "O agregado de regiões com NDE alto responde por mais de quatro quintos (84,5%) dos *Processos.* Enquanto o agregado de regiões com NDE médio e baixo somam menos de um quinto (15,5%)" (BARBOSA E GODOY, 2013, 11).

[26] No outro extremo, os autores observam que as regiões menos dinâmicas (Sertão, Minas Novas, Paracatu, Sertão do Alto Rio São Francisco, Sertão do Alto Rio Doce), que ocupam 50,8% da área territorial, foram contempladas com apenas 5,5% dos processos de construção de estradas e pontes.

para garantir a instalação dos imigrantes nessas regiões; efeito disso é que no período de 1889 a 1930, implantaram-se sete núcleos coloniais no Sul, oito na Zona da Mata e onze no Centro[27], ao passo se existiam apenas três na região oeste e quatro na leste (Mapa 1). Paralelamente, a fixação dos imigrantes em algumas seletas cidades dessas regiões acirrou ainda mais as disputas locais, alterando, como já mencionado, as relações de centralidade. No entanto, o impacto mais significativo foi a reestruturação do espaço regional em função da produção de uma nova rede urbana. Isso se deu em virtude dos seguintes elementos: o traçado das novas linhas férreas, que redimensionou o contorno de algumas cidades; a localização das estações de trem; as divisões e parcelamentos de terras (impulsionados pelo serviço de imigração e colonização que criou distritos de imigração) e, finalmente, a instalação de núcleos coloniais e hospedarias.

Atrelada à questão imigratória, as transformações mencionadas alteraram a estrutura urbana da Zona da Mata; região que nunca apresentou características socioeconômicas homogêneas. A identidade dessa região é sobretudo produto da diversidade construída ao longo do processo histórico de sua ocupação. Isso explicaria o poder político de algumas cidades situadas ao leste que desfrutavam, em função de sua posição, maior influência em sua área de entorno. Esse era o caso de Juiz de Fora, a Manchester Mineira, cuja capacidade polarizadora se fortaleceu devido à economia da rubiácea, às atividades de comércio e serviço, e à consequente vinda e instalação de imigrantes estrangeiros nos diversos municípios sob sua influência. É, portanto, em virtude desses fatores que podemos

[27] Ainda que esses índices da região Central tenham sido insuflados sobremaneira pela criação da zona suburbana em Belo Horizonte.

entender a mudança no padrão de urbanização ao longo do século XIX nesta e em outras cidades situadas no entorno de Juiz de Fora, que se multiplicaram a partir daí. Esse rearranjo espacial se desdobraria na reconfiguração de seu papel central, uma vez que os centros de tamanho intermediário se constituíram em novas microrregiões.

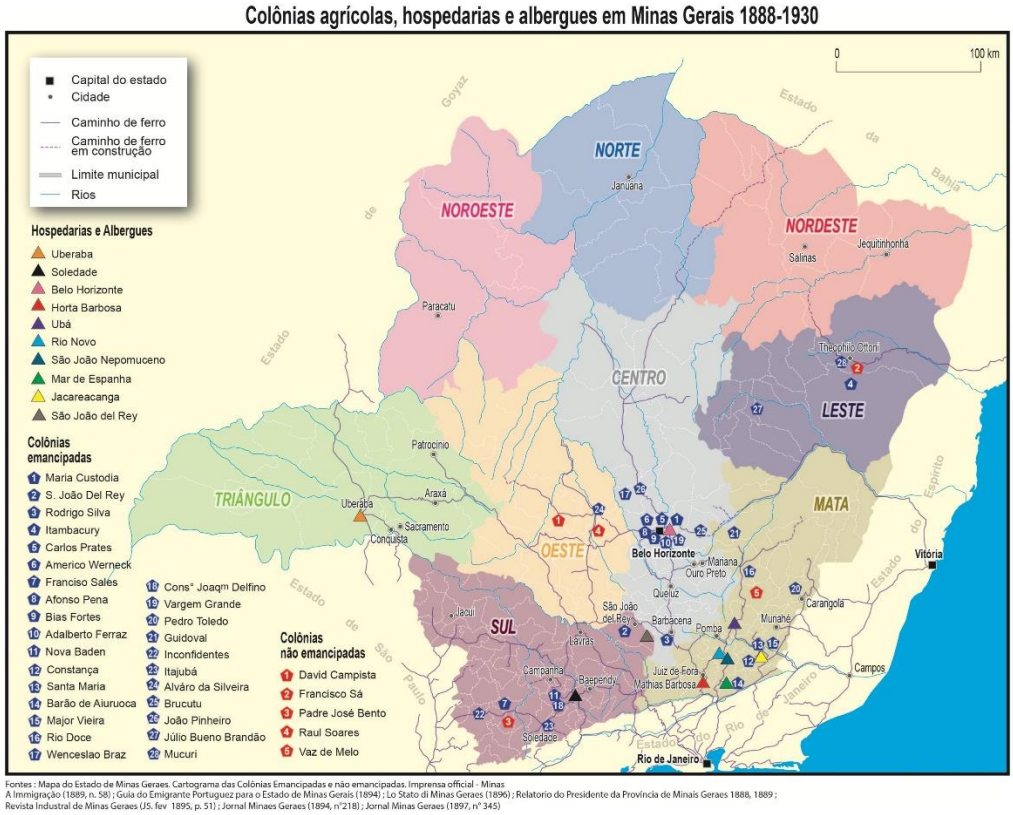
Válido também mencionar que as correntes migratórias exerceram influência capital na transformação das cidades, pois manter o *status* de centro imigratório requisitou permanente negociação junto ao Parlamento Mineiro. Este foi um processo complexo e dinâmico que converteu o imigrante em mais uma peça na disputa pela centralidade. Chamamos ainda a atenção para o impacto cultural exercido pela presença de imigrantes nas cidades mineiras. Muitos dos significados sociais podem ser percebidos através da criação de órgãos, associações culturais, clubes, sociedades e cinemas. Portanto, associada às transformações no território, a presença dos imigrantes estrangeiros imprimiu novos ritmos sociais, econômicos e culturais em diversas cidades. A clássica relação entre e imigração e urbanização fica, então, evidenciada pela mudança do valor material e simbólico das paisagens afetadas pelos novos usos e costumes trazidos pelos estrangeiros[28].

Ao finalizarmos, chamamos atenção para as informações do mapa 1 que destacam, segundo a divisão regional de 1929, a localização dos núcleos coloniais, ferrovias, hospedarias e demais equipamentos urbanos em Minas Gerais. Através dessa representação, é possível notar a concentração das estruturas de acolhimento e toda sorte de infraestruturas em determinadas

[28] Ao ver o efeito de multiplicação das cidades e regiões em Minas Gerais, evidenciamos a clássica relação entre imigração e urbanização no Brasil discutida por Diegues Júnior (1964).

cidades e regiões. O que não vemos, mas está descrito nos diferentes projetos sobre imigração nas Gerais, são as acaloradas disputas travadas pela instalação dessas infraestruturas. O mapa, portanto, é expressão dos planos de desenvolvimento territorial que tiveram como suporte as diversas propostas de imigração. Ele é revelador, ainda, de como os objetos geográficos são distribuídos historicamente no espaço de forma não aleatória. Moldando regiões, tal configuração é mais um ingrediente para repensarmos como a ideia de vocação é alimentada pelos discursos regionalistas.

Mapa 1: Colônias agrícolas, hospedarias e albergues em Minas Gerais (1888-1930).



Fontes : Mapa do Estado de Minas Geraes. Cartograma das Colônias Emancipadas e não emancipadas. Imprensa official - Minas
A Immigração (1889, n. 58) ; Guia do Emigrante Portuguez para o Estado de Minas Geraes (1894) ; Lo Stato di Minas Geraes (1896) ; Relatorio do Presidente da Província de Minais Geraes 1888, 1889 ;
Revista Industrial de Minas Geraes (JS. fev 1895, p. 51) ; Jornal Minaes Geraes (1894, n°218) ; Jornal Minas Geraes (1897, n° 345)

Mapa Base: Cartograma da producção extractiva, agricola e pecuária (1929). Concepção: Chrysostomo e Santos (2015).
Realização - P. Brunello (CTIG - Universidade de La Rochelle - 2015).

Considerações finais

Na história de formação dos países ibero-americanos, as migrações assumiram papel central na construção do território, definindo as funções de suas respetivas regiões. No Brasil, a região sudeste experimentou significativas mudanças socioespaciais em decorrência do expressivo fluxo migratório entre o final do século XIX e início do XX. Designando parcela de território resultante de uma divisão política, administrativa ou paisagística, a ideia de região foi manejada de forma recorrente neste contexto, em virtude da

expressiva migração de estrangeiros ao país. Como assinalado, a representação de Minas Gerais como um "mosaico de regiões" foi potencializada nos discursos que valoravam – positiva ou negativamente – a diversidade e riqueza ambiental de suas diferentes áreas. O recrudescimento da luta entre os estados coloca os imigrantes estrangeiros no epicentro de novos conflitos regionais, sobretudo porque eles passam a ser representados como depositários da modernidade. Na tentativa de contribuir para a história do regionalismo em Minas Gerais, a partir da investigação da política de imigração estrangeira, verificamos como tais embates abrem possibilidades para desvendar singularidades do conflituoso processo de (re)organização do território e de criação de uma região – entendida aqui como um recorte forjado e moldado pelos homens de poder, em função das potencialidades/limitações ambientais, comerciais, jurídicas e políticas de uma dada cidade. Tendo em vista que esse processo provocou vários efeitos espaciais, foi nosso interesse entender como tal operação simbólica, que associava o imigrante ao progresso, fortaleceu o poder de algumas cidades e regiões mineiras.

Nessa medida, verificamos que o uso da palavra região resultou do jogo de interesses que contemplou, principalmente, os elementos passíveis de serem utilizados para a produção da riqueza. Tal movimento possibilitou a construção de uma matriz discursiva que, em virtude das assimetrias de poder, retratava as regiões de maneira desigual. Tratava-se de um processo de mudança do valor sistêmico da paisagem, engendrado pelo falseamento do mundo social. As variáveis desse processo acentuam dois aspectos para justificar a vinda de imigrantes: de um lado, os políticos das regiões da Zona da Mata, Sul e Centro de Minas teciam representações

exaltadoras dos atributos naturais e econômicos. De outro, os políticos das regiões marginais representavam tais áreas como espaços úteis ao progresso do estado. Seriam estas regiões do devir, caracterizadas por uma natureza portentosa, mas ainda não aproveitada. Em ambos os casos, o regionalismo – apoiado na ideia de natureza enquanto um ente divino ou possibilidade latente – nutriu-se de discursos a fim de tonificar interesses corporativos. Da região imaginada modelam-se novas regiões, em um arranjo no qual a Zona da Mata, o Sul e o Centro abocanham mais infraestruturas de transporte, acolhimento e triagem dos imigrantes. Essa concentração, que teria desdobramentos socioeconômicos ainda percebidos, engendrou o "nascimento" ou "esfacelamento" de cidades com o passar das décadas.

A iniciativa, portanto, de ressaltar a vocação natural que uma cidade ou região tinha para receber imigrantes, constituiu-se em uma estratégia discursiva amplamente valorizada nos meios publicitários. Nos discursos propagandísticos, os elementos vistos como obstáculos ao desenvolvimento regional – antes mencionados com frequência – desapareciam de forma providencial. Através de palavras exaltadoras do patrimônio geográfico mineiro, difundia-se entre os imigrantes a ideia de que poderiam gozar de inúmeras possibilidades de progresso. De forma parelha, disseminava-se a crença de que as Gerais apenas estavam à espera da vinda de "estrangeiros" que fariam desabrochar as potencialidades do território. Nesse enredo, portanto, chamamos atenção para papel assumido pela imprensa como difusora de certas imagens espaciais.

Apesar de nosso trabalho ter enfocado o papel do Estado na política imigratória e seus efeitos regionais, os percalços relacionados ao transporte, instalação e fixação dos imigrantes – principalmente

daqueles sem recursos – avivam a importância de não ignorar as consequências microescalares dessa política. De forma semelhante, não podemos olvidar que o debate sobre a imigração estrangeira foi sustentado por uma visão racista e excludente, suprimindo, em grande parte, a participação de negros, indígenas e brancos pobres dos principais projetos de modernização. Em relação aos imigrantes, os vários abusos verificados nos barcos, hospedarias, núcleos coloniais e fazendas demonstram como o choque de projetos comprometem, desde o começo, o sucesso da política de imigração em Minas Gerais. Diversos atores – Estado em diferentes níveis, imigrantes, posseiros, fazendeiros, comerciantes, cônsules, representantes de companhias de navegação – respondem pela fragilidade das propostas imigratórias e pelo reconfiguração de tal política nas décadas subsequentes.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. *Vastos subúrbios da nova capital:* formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443f. Tese de Doutorado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ARAUTO DE MINAS. São João Del-Rei, Minas Gerais, 17 de novembro de 1888.

A VERDADE POLÍTICA. São João Del-Rei, Minas Gerais 1º de novembro de 1888.

BARBOSA, Lidiany Silva; Godoy, Marcelo Magalhães. *Transportes, região e desenvolvimento econômico*: a dinâmica da expansão da infra-estrutura viária na província de Minas Gerais, 1840-1889. Varia História (UFMG. Impresso), v. 30, p. 461-486, 2013.

BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. *Locus:* Revista de História. Juiz de Fora, v.2, n.2. S. Paulo: Pochi Weiss & Comp, 1996.

CAMPOLI, Federico. *Camponeses de engenho e arte:* história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013. 397p.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª. Ed. São Paulo: UNICAMP/IE, 1998.

CAPRI, Roberto. Minas e seus municípios. Bello Horizonte, Zona da Matta, 1916.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. *Do Sertão ao território das Minas e das Gerais:* entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial. Tese de Doutorado em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013, 407f.

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponimia de Minas Gerais;* com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. 2.ed.rev.atual.. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1997. 476p.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos,* Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014005000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11.abril. 2014.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Imigração estrangeira nos confins da Zona da Mata Mineira (1850s-1875):* entre civilização dos sertões e controle do território. Projeto de Pesquisa, 18f, 2012.

_____ . *O imigrante em disputa:* o lugar e o território do estrangeiro nos conflitos regionais entre Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1870–1930. Projeto de Pesquisa, 2015.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor. Mozart G. Política territorial nos sertões dos índios, século XIX. *Mercator* – Revista de Geografia da UFC. 2016. p. 55-71.

EDUARDO ERNESTO DA GAMA CERQUEIRA. Governo de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/ga

leria-de-governadores/10192-eduardo-ernesto-da-gama-cerqueira/5794/5241>. Acesso em: 20.fev.2016.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no *Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica.* [S. l.]: Nobel. (Coleção primeiros passos). 1982.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; Alves Filho, ELOY; Nabuco, M. R. A agricultura em Minas Gerais, Brasil, na Primeira República (1889-1930). In: *América Latina En La Historia Económica Boletín de Fuentes*, San Juan (MÉXICO), INST. MORA, v. 10, p. 101-112, 1998.

HAESBAERT, Rogério. *Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais.* In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). Vidal, Vidais. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

IANNI, Octávio. *Industrialização e desenvolvimento industrial no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JÚLIO BUENO BRANDÃO. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/63369-julio-bueno-brandao/0/5315?termo=bueno+brand%C3%A3o&termos=s>. Acesso em: 20.fev.2016.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. In: *Dossiê: Capitais sonhadas, capitais abandonadas*, História (São Paulo) v.30, n.1, p.114-147, jan/jun, 2011.

MERCIER, Guy. A região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de la Blache. In: *Revista Geographia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, vol. 11, n. 22, 2009.

MINAS GERAES. Lo Stato di Minas Geraes. Genova, 1896.

MINAS GERAES. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo vice-presidente do Estado, Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Ouro Preto: Imprensa do Estado, 1892. 19 p.

MINAS GERAES. Mensagem apresentada ao Congresso Mineiro pelo presidente do Estado, Dr. Francisco Antonio de Salles. Ouro Preto: Imprensa do Estado, 1904. 22 p.

MINAS GERAES. Ouro Preto, Minas Gerais, 23 de maio de 1891.

MINAS GERAES. Ouro Preto, Minas Gerais, 25de maio de 1894.

MINAS GERAES. Ouro Preto, Minas Gerais, 8 de julho de 1896.

MONTEIRO, Norma Góes. *Imigração e Colonização em Minas*: 1889-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MORAES, A.C.R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Ed. Hucitec. 2002.

MOYA, José C. Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais do hemisfério ocidental. IN: Cadernos AEL v.15, n.27. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Segundo semestre de 2009, p.219.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic. La monographie de "pays" : le conflit entre science leplaysienne et géographie autour d'un monopole (1890-1910).*Revue d'histoire des sciences humaines,* 2-9, p. 13-35. 2003.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: Hucitec. 384 p. 1999.

SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. O Brasil. Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SANTOS, Higor Mozart G. *Minas Gerais – O Éden Brasileiro:* notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos oitocentos. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016, 265f.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais:* Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH/UFF, 2008.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, 53, 2002.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMON, Gildas. *La planète migratoire dans la mondialisation*, Armand Colin, Paris. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX). História, Franca, v. 30, n. 1, p. 3-36, June 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16.dez.2018.

VIDAL, Laurent. *Mazagão:* a cidade que atravessou o Atlântico. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 294p

VIDAL, Laurent ; MUSSET, Alain. *Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques,* Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 63-65.

WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889- 1937. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Submetido em: 15 de maio de 2019.

Devolvido para revisão em: 24 maio de 2019.

Aprovado em: 03 de junho de 2019.

Como citar este artigo:

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; SANTOS, Higor Mozart Geraldo. A política de imigração e o "mosaico mineiro": região, regionalismo e produção do espaço em Minas Gerais no alvorecer da República (1888-1910). **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 497-529, jan.-jun./2019.